



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES	
COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS	
CEOP	
N.º ÚNICO	512336
ENTRADA/SADA Nº	642 DATA 22 12 14

Exmo. Senhor Presidente da
Comissão de Economia e Obras Públicas
Assembleia da República

Lisboa, 22 de dezembro de 2014.

Assunto: Requerimento de Audição sobre a evolução dos preços dos combustíveis

Como é sabido, o preço dos combustíveis líquidos não é formado a partir dos custos reais, acrescidos de uma margem (como acontece nos processos de formação dos preços da generalidade dos demais produtos industriais) mas sim a partir de cotações bolsistas dos produtos refinados.

No caso português, aplica-se a cotação de Roterdão (publicada no Índice Platts), a qual tem vagamente em conta a evolução do preço da matéria-prima determinante e quase exclusiva, que é o petróleo bruto (no caso português, como noutros, a referência é o “crude” Brent). Por outro lado, a cotação dos refinados, também tem em consideração o nível dos “stocks” de produtos petrolíferos existentes no mercado.

Acresce a este contexto a prática de preços do oligopólio Galp Energia/Petrogal e multinacionais presentes em Portugal (BP e REPSOL) que, no exclusivo interesse dos seus acionistas, ainda vem agravar substancialmente este artificial quadro de formação dos preços, com evidente prejuízo para a economia nacional e para as populações.

Assim, e na senda de uma antiga e persistente política de preços, a evolução dos preços do Brent e dos refinados, respetivamente em Roterdão e Portugal, entre Janeiro e Novembro de 2014 (inclusive) foi a seguinte. O saldo das variações mensais (subidas e descidas) foi, relativamente à cotação do petróleo Brent na Bolsa de Roterdão, de menos 23,6 por cento. Para o mesmo período, tal variação para a gasolina 95 cifrou-se em menos 13,8 por cento. Em Portugal, o preço de venda ao público da mesma gasolina teve por seu turno uma variação negativa de somente 5,92 por cento.

Isto é, a tão celebrada descida do PVP da gasolina 95 em Portugal correspondeu somente a 42,8 por cento da descida das cotações do mesmo refinado na Bolsa de Roterdão, e a sensivelmente 25 por cento da descida do Brent na mesma bolsa para o mesmo período.

Relativamente ao gasóleo, a descida das cotações na bolsa de Roterdão, para o mesmo período de tempo, foi de 17 por cento – ao passo que a descida do preço de venda ao público em Portugal foi de apenas 10,2 por cento. Esta situação corresponde assim uma diminuição do PVP no gasóleo que corresponde apenas a cerca de 61 por cento da baixa da cotação Roterdão para este produto, e a cerca de 43 por cento da baixa do preço do “crude”.

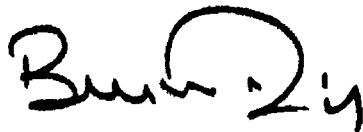
Esta evolução tem ainda a agravante de não refletir os efeitos dos investimentos realizados nas refinarias de Sines e Matosinhos, os quais terão necessariamente introduzido maiores índices de produtividade, designadamente no aproveitamento e valorização das ramas (produzindo refinados mais valorizados no mercado, tais como gasolinas, gasóleos, jets e GPL, em detrimento de refinados menos valorizados como fuel e betumes).

Ou seja, apesar de toda a propaganda que tem vindo a ser promovida em torno das supostamente espetaculares descidas de preços nos combustíveis, a verdade é que estamos perante uma apropriação completamente ilegítima e inaceitável de montantes substanciais, correspondentes a diminuições de preços que estão muito longe de se repercutir corretamente no consumidor final face aos valores em causa.

Neste quadro, importa que a Assembleia da República proceda à apreciação desta matéria, pelo que vimos por este meio requerer a Audição das seguintes entidades:

- Autoridade da Concorrência
- Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis

Pelo Grupo Parlamentar do PCP



Bruno Dias

N.º Ref.º 46363 - 116/INPA/14